



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6671 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

A TRADUÇÃO DA BNCC DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO BAIANO

Elielson Teixeira - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Marcos Alves Moreira - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

A TRADUÇÃO DA BNCC DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO BAIANO

Resumo: No presente trabalho investiga-se como vem ocorrendo o processo de tradução e as ações de implantação do currículo do Novo Ensino Médio no estado da Bahia no contexto da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica descritiva em que foram consultados os marcos legais editados no âmbito da Secretaria da Educação do Estado da Bahia para orientação das escolas da rede pública a pós a homologação da Base, dialogando com autores que discutem a formulação de textos de políticas curriculares nacionais desde o seu contexto de influência até a sua interpretação na prática escolar.

Palavras-chave: Currículo. Novo Ensino Médio. Recontextualização. Tradução de políticas.

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho retrata uma pesquisa bibliográfica feita em documentos normativos e orientadores sobre a tradução do Novo Ensino Médio no Estado da Bahia no contexto de implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e da Lei 13.415, a partir da leitura das ações da secretaria de educação na implantação no novo currículo nas escolas.

Como pergunta de partida, a interrogação foi: Como está se materializando a tradução dos textos de políticas curriculares para o novo Ensino Médio na Rede Pública do Estado da Bahia? Para dar conta de responder a esse questionamento foram estabelecidos os objetivos: apresentar as ações de implementação das políticas curriculares do Novo Ensino Médio na Bahia e Interrogar os textos oficiais no contexto revelado em dados do Ensino Médio no Estado.

A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu em analisar o Documento Orientador para implantação do Novo Ensino Médio - NEM na rede pública de ensino da Bahia, fazendo um contraponto com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a Lei 13.415 e a Portaria MEC

649/2018, tencionando uma discussão reflexiva sobre a relevância das ações, realizadas e propostas, frente o cenário configurado pelos dados do diagnóstico dessa etapa da educação no estado.

2 - DISCUSSÃO TEÓRICA

A educação baiana, assim, como todo o país, passa por um profundo processo de readequação curricular preconizada pela BNCC e pela Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM. Isso representa um desafio muito grande considerando a singularidade, diversidade, cultura, e aspectos socioeconômicos de cada região do estado. Pensar em um currículo que assegure uma formação integral do aluno contemplando a realidade social em que está inserido, é traduzir os aspectos políticos pedagógicos de acordo ao interesse de cada público, que será diretamente atingido por políticas formuladas em contextos de influências homogêneas. É preciso admitir que o currículo sofrerá interpretações e conformações à localidade ou espaço social, respeitando as diferenças e/ou as identidades sociais e individuais. A escola é o espaço em que o processo de reconhecimento das diferenças deve assegurar os processos de identificação dos sujeitos em suas posições.

A escola tem um papel fundamental no processo da constituição identitária dos estudantes, na medida em que os processos de identidade e diferença se traduzem em operações de inclusão e de exclusão em relação de pertencimento e não pertencimento. [...] É partir da construção de certos significados que os sujeitos se assumem como indivíduos e, conforme a posição que assumem e com os quais se identificam, constituem suas identidades. Nesse aspecto, a identidade e a diferença são entendidas como processo e produto de criações sociais e culturais, submetidas às relações de poder presentes em nossa sociedade. (SANTIAGO, AKKARI e MARQUES, 2013, P. 34, 38)

Para ajudar a situar, em dados, o cenário em que se implantará essa nova política curricular, serão apresentados aqui alguns números retratando a realidade educacional no Ensino Médio da rede pública estadual baiana. De acordo o portal qedu.org.br, projeto que trabalha dados da educação brasileira à partir de fontes oficiais, mantido pela Fundação Lemann, nas 1.203 unidades escolares da última etapa da educação básica no estado, foram matriculados em 2018 (última informação disponível), 452.772 estudantes, o que segundo dados do IBGE, representa 87,3% dos estudantes do Ensino Médio no estado, sendo 181.343 no 1º ano, 143.973 no 2º e 127.456 no 3º ano. Aqui já começa a chamar a atenção a queda de matrícula entre o 1º e o 3º ano que é de quase 30%. Ou seja, 53.887 estudantes que ingressam no Ensino Médio não seguem o fluxo esperado, contribuído para gerar uma distorção idade série média de 48% nas 3 séries. A tabela 1, apresentada a seguir, traz dados complementares que revelam a gravidade da situação da etapa final da Educação básica na Bahia.

Tabela 1 – Ensino Médio na Bahia – Taxa de rendimento

Série	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano	44.974	23.938	112.433
	24,8%	13,2%	62,0%

2º ano	22.316 15,5%	13.246 9,2%	108.412 75,3%
3º ano	13.383 10,5%	9.050 7,1%	105,024 82,4%
Total	80.673 18%	46.234 10%	325.869 72%

Fonte: Censo Escolar 2018, INEP.

Os dados informados na tabela 1 mostram uma aprovação média de apenas 72% dos alunos matriculados, sendo que essa taxa no 1º ano é de somente 62%. Se considerarmos que já há um déficit de matrícula no 3º ano em relação ao 1º num total de 53.887 estudantes e que dos que chegam até lá, 22.433 ainda se perdem entre reprovação e abandono, isso representa um prejuízo considerável.

Um outro indicativo a se considerar é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB. Esse índice, que é composto pelo fluxo escolar, que é a média de aprovação dos estudantes em todos os anos de cada etapa da educação básica, multiplicado pelo indicador da proficiência em Português e Matemática, aferido pela avaliação de larga escala chamada de Prova SAEB e que é aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP a cada 2 anos desde 2005.

Na primeira avaliação SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) realizada pelo INEP em 2004 e publicada em 2005, a Bahia obteve a pontuação 2,7 numa escala que vai de 0 a 10 e, embora tenha tido oscilações positivas mínimas nas edições de 2007, 2009 e 2011, voltou ao patamar inicial na última avaliação publicada em 2017. Ou seja, os mesmos 2,7 de 2005, muito abaixo da própria meta, que era 4,1 e ainda muito mais longe da meta nacional que é de 6,0. Esse resultado, evitando aqui no mérito da forma de avaliação, evidencia um grande desafio a ser enfrentado pelos formuladores de políticas em educação para a Bahia.

Sobre os procedimentos previstos para a implantação da Base em cada estado, a Bahia ainda não lançou o Documento Curricular Referencial da Bahia, o DCRB, para o Ensino Médio, de modo que os documentos que orientam as ações no estado até o momento, são uma Nota Técnica de 27 de novembro de 2019 e o Documento Orientador para a implementação do Novo Ensino Médio na Rede pública da Bahia. Esse último firma, para o ano de 2020, o compromisso de construir o DCRB para o Ensino Médio, disponibilizar a oferta das unidades eletivas para a escolha dos alunos da 1ª série nas escolas piloto e ajustar a carga horária para 1.000 horas/relógio.

A secretaria Estadual da Educação da Bahia - SEC, informa no referido documento, já ter realizado entre 2018 e 2019, ações como: escuta de estudantes, professores e das comunidades escolares, realizada ao longo de 2018 e 2019; diagnóstico da Rede de Ensino; construção da Matriz Curricular para o período de 2020 a 2023; definição da oferta e flexibilização da carga horária nas escolas da Rede; formação de gestores e coordenadores

pedagógicos, presencial e à distância por meio de ambiente virtual; e a definição da Governança, em 2019, a partir da constituição de Grupos de Trabalhos (GT), envolvendo diferentes áreas da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

Essas proposições da Secretaria Estadual de Educação - SEC, acima elencadas, indicam, se forem devidamente executadas, a possibilidade de implantação menos traumática do novo currículo, uma vez que é imprescindível que as várias vozes sejam escutadas no sentido de legitimar e normatizar um Novo Ensino Médio capaz de atingir o público alvo num cenário tão complexo como o que se desenha no Estado.

Outro aspecto é que, de acordo com o documento orientador, a implementação do Novo Ensino Médio Baiano terá por princípio a autonomia, identidade e desenvolvimento dos estudantes, e expressa a intenção do estado em adequar o currículo às peculiaridades dos 27 territórios de identidade, entendidos na Lei 13.214 de 29 de novembro de 2014, como sendo unidades de planejamento de políticas públicas do estado da Bahia, agrupados, por características comuns de acordo com critérios sociais, econômicos, culturais e geográficos. De modo que a proposta do documento orientador, que deve ser ratificada no DCRB, é consoante com a lei nº 13.214/14, que apresenta os princípios, as diretrizes e os objetivos da política de desenvolvimento territorial do Estado da Bahia. Essa política territorial trouxe uma visão ampliada das identidades e diversidades existentes dentro do estado possibilitando assim que, políticas públicas fossem melhor distribuídas, respeitando cada localidade e suas especificidades. Isso é relevante, uma vez que,

Nas teorias sociais, a temática de identidade é uma das mais complexas, envolvendo os domínios tanto do social quanto do individual. É difícil falar em identidade sem remeter à cultura já que a construção identitária se faz em seu interior. Mas é também impossível referir-se à identidade sem considerar o sujeito como indivíduo (LOPES, 2011, p. 216)

De forma que a política curricular tem um papel fundamental nos processos de manutenção ou não das identidades e diferenças e, por consequência influenciar na aceitação e assimilação dos conhecimentos sistematizados, historicamente acumulados pela humanidade. Aqui cabe uma reflexão sobre ciclo de política de Stephen J. Ball e Richard Bowe na educação e como os aspectos políticos podem influenciar na maneira de como são articuladas as políticas curriculares. Sobre isso Mainardes comenta

Os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (BOWE; BALL; GOLD, 1992). Em 1994, a partir de uma série de críticas feitas à abordagem, no livro *Education reform: a critical and post-structural approach*, Ball (1994) expandiu o ciclo de políticas acrescentando outros dois contextos ao referencial original: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. O quarto contexto do ciclo de políticas - o contexto dos resultados ou efeitos - preocupa-se com questões de justiça, de igualdade e de liberdade individual. A ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada. Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes. Esses efeitos podem ser divididos em duas categorias: gerais e específicos. Os efeitos gerais da política tornam-se evidentes quando aspectos específicos da mudança e dos conjuntos de respostas (observadas na prática) são agrupados e analisados. O último contexto do ciclo de políticas é o contexto de estratégia política. (MAINARDES, 2018, P. 03, 04).

Fazendo uma relação do currículo para o novo ensino médio no estado da Bahia com a abordagem de ciclo de política de Ball, pode-se perceber que o currículo proposto pelo estado, mesmo com processos de escutas de agentes sociais (chamando aqui de agentes sociais, os membros que compõe a comunidade escolar), a política curricular da Bahia perpassa pelos três processos de abordagem do ciclo de política: a política curricular proposta (contexto de influência) caracterizada pelas intenções do governo baiano de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a política curricular de fato (contexto de produção de texto) preconizada nos documentos normativos que regem o Documento Orientador, a política de uso (contexto da prática) que é pensada a partir de um viés local e identitário onde a prática política pedagógica possibilita novos olhares para uma educação que garanta o respeito e às diferenças existentes dentro do espaço escolar dialogando com as diversidades existentes em cada território de identidade no estado da Bahia, Ainda usando a abordagem de ciclo de Política de Ball, cabe aqui uma pergunta, tendo como base os dois últimos contexto de ciclo de política expandido pelo o autor, o contexto dos resultados e o contexto da estratégia política: Quais resultados ou efeitos da implementação do Novo Ensino Médio na Bahia? E quais foram realmente as estratégias políticas usadas para pensar o novo Ensino Médio?

A questões aqui formuladas com base no ciclo de política de Ball tem um sentido de responder se realmente o documento normatizador da implementação do novo ensino médio no estado da Bahia, dará conta de fato em garantir a emancipação dos sujeitos inseridos nessa etapa do ensino básico. (LOPES, 2011, p. 166) A emancipação, nesse sentido, é um critério para se identificar a resistência e sua efetiva refutação das formas de dominação e submissão.

As políticas educacionais tem sido alvo de pesquisas na perspectiva de pensar uma educação emancipatória. E o Ensino Médio nos últimos anos tem despertado interesses de estudiosos, por ser uma etapa do ensino básico que, no viés da lógica educacional é um espaço onde estão imbricadas disputas de grupos hegemônicos. “No Brasil, a pesquisa sobre políticas educacionais vem se configurando como um campo distinto de investigações e em permanente busca de consolidação” (BALL, MAINARDES. 2011, p.11). De modo que pensar políticas educacionais na contemporaneidade, muitas vezes se torna um exercício exaustivo, principalmente as políticas curriculares, por não terem uma definição clara e lógica no sentido de assegurar o preenchimento das lacunas existentes, principalmente nos anos finais da educação básica brasileira. Em via de regra,

Na prática, as políticas são frequentemente obscuras, algumas vezes inexequível, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de mudança de que pensamos sobre o que fazemos. As políticas particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequados (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais. (BALL e MAINARDES, 2011, p. 13)

3 - RESULTADO

Essa pesquisa não teve a pretensão de avaliar o mérito das influências e intenções envolvidas na construção da Base, e sim, o estágio do roteiro de sua implantação na rede pública estadual e como as políticas curriculares vem se reconfigurando no cenário atual das políticas educacionais vigentes no Brasil e se contextualizando com as especificidades regionais. E nesse sentido, a análise dos documentos normatizadores da SEC - BA,

disponíveis até o momento, revela uma primeira possibilidade de uma articulação com os marcos regulatórios das políticas educacionais nacionais para a construção de um currículo para o Novo Ensino Médio da Bahia.

4 – CONCLUSÃO

É perceptível a preocupação do estado em negociar um currículo que respeite as diferenças existentes nos territórios de identidade e em promover atualização para os profissionais da educação em relação aos componentes curriculares dos itinerários formativos. Entretanto, o atraso na entrega do DCRB, bem como o ritmo mais lento de inserção da nova matriz contemplando os itinerários formativos, podem comprometer as expectativas de alinhamento das ações de implantação do Novo Ensino Médio baiano em relação aos demais estados, criando uma defasagem alimentadora de mais desigualdades. Também não foi possível reconhecer claramente, o que se projeta para reverter os números, altamente negativos, revelados pelo diagnóstico de proficiência e fluxo de estudantes entre as séries do Ensino Médio. Faz-se necessário registrar que a quarentena decorrente da terrível pandemia do coronavírus teve influência em parte do desenvolvimento das ações.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. **Documento Orientador** para a implementação do Novo Ensino Médio na Rede Pública de Ensino, 2020.

BAHIA. Política Territorial do Estado da Bahia, 2014. Disponível em: <https://semanapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Historico-da-Politica-Territorial-da-Bahia.pdf>

BAHIA. Nota Técnica: **Mudanças no Currículo do Ensino Médio**. 2019

BALL, S. J. e MAINARDES. J. **Políticas educacionais** : questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, A. C. e MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo : Cortez, 2011. Apoio: Faperj

MAINARDES, J. **A abordagem do ciclo de políticas** : explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*. Vol. 12. Número 16. 31 de agosto de 2018.

SANTIAGO M. C, AKKARI. A. e MARQUES. L. P. **Educação Intercultural**. Desafios e possibilidades - Petrópolis. RJ : Vozes, 2013.